Politica

2 • Correio Braziliense • Brasília, terça-feira, 1º de novembro de 2022



Coordenador da campanha do presidente eleito Lula, Edinho Silva diz ter conversado com o ministro da Casa Civil, Ciro Noqueira, a pedido do próprio integrante da atual gestão, para tratar da mudança de comando do país

PT abre diálogo para a transição de governo...

» VINICIUS DORIA

leito presidente da República com 50,9% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva vira a página da disputa eleitoral e começa a planejar o governo que herdará a partir de janeiro. Sai a equipe de campanha, entra o time da transição. O presidente Jair Bolsonaro se mantém em silêncio desde o fim da apuração dos votos, no domingo, mas o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), recebeu, ontem, um telefonema de um dos coordenadores da campanha petista, o prefeito de Araraquara, Edinho Silva (PT-SP), para uma primeira conversa sobre a transição. Em nota, Edinho Silva informou que ligou para Nogueira "a pedido do próprio" e que ele se dispôs a conduzir o processo de diálogo do governo Bolsonaro com a equipe de Lula.

"De imediato, repassei a informação para a deputada federal Gleisi Hoffmann, nossa coordenadora da campanha Lula presidente, para que os encaminhamentos necessários fossem combinados. Ressalto aqui a postura republicana e democrática do ministro Ciro Nogueira", declarou o prefeito. A expectativa é de que da conversa entre Hoffmann e Nogueira saiam os nomes que atuarão no gabinete da transição.

A passagem de bastão de um governo para outro está prevista em lei de 2002, regulamentada por um decreto presidencial de 2010, que elenca as regras para que o time do presidente eleito possa ter acesso a informações do governo que se despede e as condições de trabalho para funcionar, como espaços físicos, cargos e estrutura de comunicação.

Paralelamente, Lula já está escalando interlocutores para conversar com lideranças no Congresso, a começar pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), visando a construção de uma pauta mínima de consenso que possa ser aprovada com rapidez nas primeiras semanas da nova legislatura, cuja prioridade é a adequação do Orçamento do ano que



Lula com Alckmin durante ato de campanha em Porto Alegre: vice-presidente eleito é o mais cotado para comandar o governo de transição

vem às demandas do governo eleito (leia na página 3).

O nome mais cotado para pilotar o governo de transição é o do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, um político experiente, com ótimo trânsito entre as forças políticas de centro que se aliaram à campanha de Lula no decorrer do processo eleitoral. O coordenador do programa de governo petista, o ex-ministro Aloísio Mercadante, também terá papel de comando no gabinete provisório.

Para o coordenador da campanha de Lula no Distrito Federal, o ex-deputado Geraldo Magela, a transição se dará por duas vias: a técnica, que cuidará da análise e do diagnóstico das contas e políticas públicas do atual governo, e a política, responsável pela formação da equipe ministerial e da interlocução com o Legislativo.

"É preciso que o governo Bolsonaro abra suas portas para permitir que a transição seja feita tecnicamente, que todos os dados sejam liberados e, politicamente, Lula vai cuidar de como compôr o governo e como restabelecer as pontes com os segmentos que ficaram, neste momento, conflitados", declarou Magela em entrevista ao CB.Poder (leia mais na página 13).

Livre acesso

Conforme a lei, a equipe de transição "tem por objetivo inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública federal e preparar os atos de iniciativa do novo presidente da República, a serem editados imediatamente após a posse", entre outras prerrogativas. O livre acesso aos dados do governo, incluindo os considerados sensíveis, estratégicos e sigilosos, também está assegurado na lei, com obrigação de "manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização".

Pelo lado do Palácio do

Evaristo Sa/AFP

Planalto, o processo deve ser coordenado pela Casa Civil, ocupada por Ciro Nogueira (PP-PI), um dos líderes do Centrão e responsável pela articulação política de Bolsonaro. A primeira medida administrativa será a criação de 50 cargos comissionados para abrigar a equipe do futuro governo. Esses cargos serão extintos em até 10 dias após a posse de Lula. Para o governo que sai, um dos objetivos desse diálogo é listar as políticas públicas que estão em andamento para evitar solução de continuidade a partir de janeiro.

O histórico das mudanças de comando no Brasil pós-redemocratização não tem registro de problemas na relação entre o governo que entra e o que sai. O primeiro gabinete formal de transição foi criado após a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, quando o petista derrotou o candidato do PSDB José Serra. O então presidente Fernando Henrique Cardoso não só sancionou a legislação que rege o

processo como facilitou o acesso a informações do governo e trabalhou para minimizar a desconfiança internacional que pairava sobre o país após a vitória do candidato de esquerda.

Com a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, a transição foi interna, quase uma continuidade da estrutura montada nos oito anos em que Lula ocupou o Palácio do Planalto. Com o impeachment da presidente, em 2016, o cargo passou para o vice, Michel Temer (MDB-SP), que também patrocinou uma troca de bastão tranquila para o vencedor das eleições de 2018: Bolsonaro.

Desta vez, poucos apostam, porém, em uma troca de guarda serena. Até agora, Bolsonaro não deu sinais sobre a instalação formal do gabinete provisório nem quem pretende escalar para fazer a interlocução com a equipe de Lula. Como o processo é regido por lei, há a possibilidade de o Judiciário ser acionado para assegurar acesso aos dados de governo.

Supervisão do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU), sob presidência do ministro Bruno Dantas, decidiu supervisionar, em duas frentes, o processo de transição do atual governo para o próximo. Uma delas se dará a partir da criação de um comitê de ministros da Corte, que fará uma supervisão dos aspectos administrativos, operacionais, financeiros e orçamentários referentes à transição.

A lei obriga o presidente Jair Bolsonaro a disponibilizar uma estrutura ao vencedor – Luiz Inácio Lula da Silva com recursos do orçamento da própria Presidência. Como órgão que atua no controle externo do governo federal, portanto, o TCU tem competência para monitorar o cumprimento dessa regra, além de ser a instituição que auxilia o Congresso Nacional no acompanhamento da execução orçamentária e financeira do país.

Em outra frente, o TCU vai abrir um processo de monitoramento da transição, que será relatado pelo ministro Antonio Anastasia. A partir dessa ação, por exemplo, a equipe do presidente eleito poderá fazer chegar à Corte eventuais dificuldades na obtenção de dados e informações do atual governo. Dessa forma, o tribunal atuará para assegurar que a lei e o decreto que ditam as regras da transição sejam cumpridos.

O comitê de ministros será composto por Dantas, na condição de presidente do TCU; pelo ministro Vital do Rêgo, que será relator das contas do primeiro ano do próximo governo; e Anastasia, que é o relator das contas da Presidência da República neste ano.

De acordo com a lei orçamentária deste ano, o presidente eleito terá R\$ 3,216 milhões para trabalhar até 31 de dezembro. Por isso, a escolha de Anastasia para relatar o processo.

... E Bolsonaro mantém silêncio

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) manteve silêncio, ontem, sobre o resultados das eleições, nas quais perdeu para o agora presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Nem protestos de caminhoneiros, que fecharam rodovias pelo país desde o fim das apurações, fizeram com que o chefe do Executivo se pronunciasse.

No Palácio da Alvorada, ontem pela manhã, Bolsonaro recebeu aliados, como o vice de sua chapa, Braga Netto, além do filho 01, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ); o ajudante de ordens, Major Cid, e outros assessores. Depois, cumpriu expediente no Planalto, onde se reuniu com o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros

(PP-PR); os ministros das Comunicações, Fábio Faria, e da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira; e a ex-ministra da Secretaria de Governo Flávia Arruda.

Ao retornar à residência oficial, Bolsonaro recepcionou os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto, e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A expectativa é de que o pronunciamento do presidente ocorra hoje.

Enquanto Bolsonaro mantém silêncio, o vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos), eleito senador pelo Rio Grande do Sul, conversou ontem por telefone com o vice de Lula, Geraldo Alckmin (PSB), para se colocar à disposição da equipe de transição.

A primeira-dama Michelle Bolsonaro foi a primeira da família a comentar o resultado





das urnas. Ela compartilhou um

trecho bíblico sobre a "verda-

de". "Salmos 117: Louvai ao se-

nhor todas as nações, louvai-o

todos os povos. Porque a sua

benignidade é grande para co-

nosco, e a verdade do Senhor







dura para sempre. Louvai ao apoiadores "erguessem a cabe-Senhor", escreveu nos stories. ça" e "não desistissem do Brasil". "Obrigado a cada um que nos Já Flávio Bolsonaro agradeceu aos eleitores pela "maior votação" da vida do chefe do Executivo, com 58.206.354 milhões de votos, e pediu que os

ajudou a resgatar o patriotismo, que orou, rezou, foi para as ruas, deu seu suor pelo país que está dando certo e deu a Bolsonaro Bolsonaro no Alvorada: presidente resiste em reconhecer vitória do adversário

a maior votação de sua vida! Vamos erguer a cabeça e não vamos desistir do nosso Brasil! Deus no comando!", escreveu.

Minutos depois, Flavio escreveu uma mensagem direcionada ao presidente. "Pai, estou contigo pro que der e vier", pontuou.

Bolsonaro é o presidente que mais demorou a reconhecer o resultado das urnas e o primeiro no comando do país a não ser reeleito. A expectativa no QG bolsonarista, no entanto, é que o presidente não conteste o pleito. Assessores disseram que ele passou o dia redigindo o pronunciamento e ouvindo conselhos da base aliada e de ministros.

No dia 30, data do segundo turno, Bolsonaro preferiu se recolher e não recebeu aliados nem conversou com simpatizantes.